

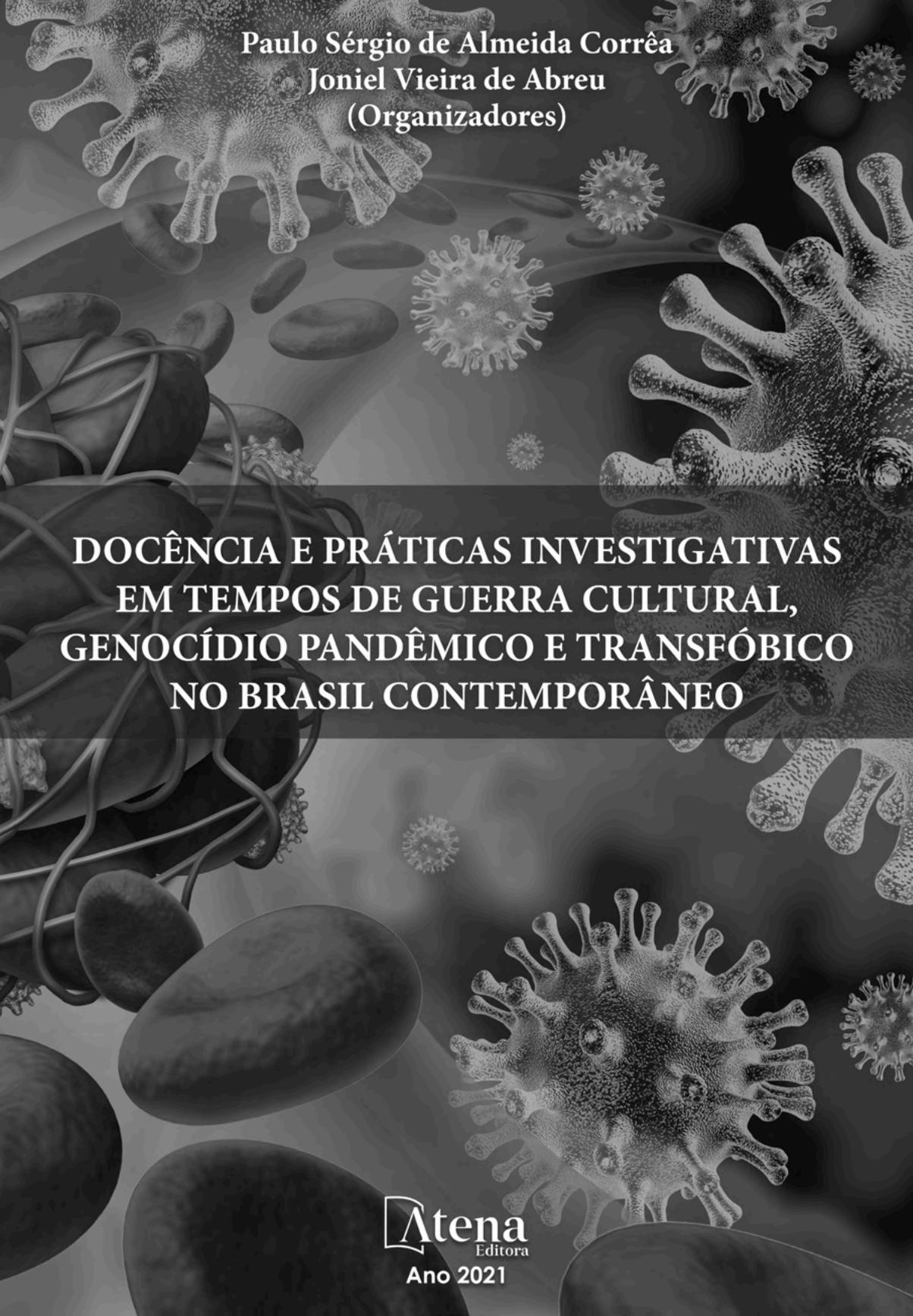


Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Atena
Editora

Ano 2021

The background of the cover is a grayscale illustration of a microscopic world. It features several large, complex virus particles with prominent surface spikes, resembling coronaviruses. Interspersed among these are various biological structures, including what appear to be cross-sections of cells or membranes, and smaller, simpler virus particles. The overall composition is dense and layered, creating a sense of depth and complexity.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D636 Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo / Organizadores Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Joniel Vieira de Abreu. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-711-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.113212311>

1. Isolamento social. 2. Covid-19. I. Corrêa, Paulo Sérgio de Almeida (Organizador). II. Abreu, Joniel Vieira de (Organizador). III. Título.

CDD 302.545

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A ideia de composição desta obra, emergiu em contexto histórico mundial, marcado com o elevado número de pessoas, de diferentes faixas etárias, que vieram a óbito ou sofreram internação, em razão de terem sido contaminadas pela SARS - COVID19. Essa síndrome respiratória, revelou que grande parte dos países, sejam eles desenvolvidos ou não, depararam-se com dificuldades a fim de tornar eficaz o combate ao coronavírus: a falta de infraestrutura físico-financeira; movimentos de resistência às medidas sanitárias adotadas; o quadro de pobreza extrema causada pela exclusão econômica; veiculação de notícias falsas envolvendo as vacinas e seus resultados sobre a saúde coletiva; posicionamentos contrários à ciência propagados por líderes políticos de diferentes países.

Em meio às atrocidades escalonadas a cada segundo, minuto, hora, dia semana, mês e ano, decorrentes das calamidades sanitárias, o cenário fúnebre também se mostrava desafiador nos diferentes âmbitos de exercício profissional, em especial no trabalho docente em nível da Educação Superior.

Os profissionais da educação sofreram abrupta interrupção de suas atividades funcionais, mas, paulatinamente, perceberam que seria possível reinventar seus modos de vida. No caso da Educação Superior, muitos docentes efetivos ou aposentados, alunos de graduação e pós-graduação e técnico-administrativos, não tiveram essa possibilidade de recriação, pois quedaram como vítimas fatais que deixaram de ser tempestivamente assistidas pelo poder público.

Assim, produzir conhecimento e organizar uma obra em tempo tão difícil, ressoa como ato de resistência, pois arquitetar elaborações teórico-empíricas utilizando a palavra escrita requer disposição, saúde física e mental, resiliência para prosseguir as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade, em meio a tantas perdas de familiares, colegas de trabalhos e amigos mais íntimos.

Foi com o propósito de atenuar as deformações experimentadas por nossos corpos e mentes, que no dia 11 de agosto de 2021, perguntou-se aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo – NEPEC¹ se estavam dispostos a organizar um livro e se possuíam artigos recentes disponíveis visando sua publicação. Para a felicidade de nosso coletivo acadêmico, sete integrantes se disponibilizaram a participar da desafiadora obra. Ato contínuo, ficou estabelecido o dia 11 de setembro como prazo final para remessa dos textos aos organizadores.

Considerando-se a dinâmica laboral de cada membro do NEPEC, houve recebimento de 4 produções textuais dentro do tempo previsto. Contudo, concedeu-se a dilatação do prazo para o dia 16 de setembro, o que permitiu a recepção de mais 5 trabalhos acadêmicos.

1. Criado como Grupo de Pesquisa no ano de 2002, com seu reconhecimento institucional pela Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESP da Universidade Federal do Pará, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Portanto, a obra está composta por 9 capítulos.

Uma vez reunidos os textos, identificou-se que os eixos articuladores das temáticas problematizadas pelos autores e coautores, perscrutavam como objetos de estudos os seguintes temas centrais: docência; prática investigativa de perspectiva filosófica; as expectativas de formação continuada de alunos de graduação; a guerra cultural em torno da informação; os efeitos da pandemia do coronavírus sobre os direitos fundamentais e, também, suas incidências na esfera da Educação Básica; a história local e o ensino de história por meio dos rituais de morte; a educação ambiental na Amazônia; as adolescentes trans sob os efeitos da necropolítica adotada no sistema socioeducativo brasileiro; o ensino remoto emergencial e seus efeitos sobre o trabalho docente e ensino aprendizagem na universidade.

No primeiro capítulo, nascido da coautoria de Thiago Alves Miranda, Joniel Vieira de Abreu e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, objetivou-se analisar os reflexos decorrentes da pandemia do Covid-19, mormente o isolamento social, enquanto medida restritiva de direito fundamental. Trata-se de temática que ganha relevo, na medida em que o novo coronavírus ainda assola a humanidade e não há cura para a Covid-19, sendo as medidas de distanciamento social e isolamento social recomendadas pelo Poder Público para conter a disseminação do vírus, diminuir a curva de contágio e permitir que os estabelecimentos de saúde proporcionem atendimento adequado aos infectados. Porém, se de um lado há aqueles que defendem o isolamento social, de outro, encontram-se ferrenhos críticos, que apontam a responsabilidade do Estado por medidas que obstam a liberdade de ir e vir dos cidadãos e o direito de empreender, evidenciando a relevância do tema. A pesquisa se classifica como dedutiva, descritiva e bibliográfica. O isolamento social pode ser compreendido, em tempos de pandemia, como uma medida jurídica indispensável, ainda que implique na relativização do direito fundamental? Constatou-se que o isolamento social deve ser compreendido como um instrumental jurídico que leva à preservação do direito fundamental, já que decorre da consagração das liberdades e do direito à saúde, devendo o Estado assegurar meios para a efetivação do isolamento daqueles que assim desejam enfrentar a pandemia do Covid-19.

Importante análise também pode ser encontrada na investigação desenvolvida pelas pesquisadoras Márcia Nemer Furtado, Cleide Carvalho de Matos, Analaura Corradi e Rosângela Araújo Darwich, uma vez que analisaram a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021. Qual a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021? Adotou-se o método materialista histórico-dialético, realizando-se coleta e análise de dados mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. *Guerra cultural* não é algo recente, inclusive podendo ter sua base bem antes do contexto aqui enunciado, talvez não com essa denominação, pois trata-se de um conflito ideológico envolvendo principalmente questões morais e de cunho religioso presentes em vários momentos históricos. Concluíram que a *guerra cultural* constitui um grave problema social capaz de inviabilizar a construção de propostas indicativas de caminhos alternativos

às citadas crises e, conseqüentemente, à resolução das mais diversificadas mazelas enfrentadas por grande parte da população brasileira e mundial.

O terceiro capítulo igualmente resultou da parceria intelectual entre os coautores Luiz Miguel Galvão Queiroz, Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Rafael da Silva Queiroz e Terezinha Sirley Ribeiro Sousa. Nesse trabalho, discutiu-se a prática educativa do ensino remoto na rede pública de educação básica, durante o período da pandemia do coronavírus, com destaque ao discurso do ensino inovador, a partir do uso da pedagogia tecnicista e das tecnologias digitais na mediação do ensino. Historicamente, o período da pandemia do coronavírus escancarou a ineficácia da gestão do Estado no modo de produção capitalista em proporcionar a vida com dignidade à população, e nesse contexto, o estudo problematiza: Em que medida o tecnicismo e a tecnologia digital assume relevo enquanto perspectiva inovadora do ensino na visão dos docentes? Tratou-se de um estudo bibliográfico, produzido por meio de textos de autores que investigaram sobre a temática, depoimentos de docentes e documentos iconográficos que subsidiaram a produção da pesquisa. Verificou-se que as práticas educativas mediadas pelo uso da tecnologia, salvaguardadas por um falso discurso inovador, apenas instrumentalizam os docentes para a utilização de aplicativos, softwares, destinados à produção de materiais didáticos sob efeitos de elementos pictóricos, conjugados de cores e frases, para impressionar os discentes.

Geraldo Neves Pereira de Barros e Silvane Lopes Chaves são pesquisadores que também se desafiaram a escrever e disponibilizar o texto para compor a obra. Assim, no quarto capítulo os coautores entrelaçaram um olhar interseccionado com elementos da necropolítica mbembiana para examinar alguns dados oficiais e acontecimentos sociais de característica transfóbica que retratam a realidade enfrentada por adolescentes trans. Apontam a materialização de uma necropolítica trans como prática tecnológica ininterrupta sobre a experiência transexual dessas adolescentes, dentro e fora dos espaços socioeducativos brasileiros, o que tem ampliado sua morte de uma condição meramente física-biológica para a morte moral, social e política.

Sob os cuidados de Raimunda Lucena Melos Soares, foi proposto o texto localizado no quinto capítulo deste livro. Sua finalidade consistiu em compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia, e conseqüentemente proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura. No que consiste essa busca pela verdade empreendida pela filosofia, e que questões envolvem essa procura? As fontes de pesquisa que orientam esse estudo são constituídas por obras que viabilizam o contato com os registros do pensamento de alguns filósofos que contribuem para a compreensão das concepções de verdade, bem como da definição do conceito de verdade e sua importância no processo do conhecimento no âmbito filosófico. No cerne das investigações, e dos questionamentos a respeito do ser, as diversas concepções filosóficas realizam um debate teórico fertilizado pelos conceitos de ser e vir-a-ser, que não prescindem das concepções de verdade. As conclusões a que chegou a autora, considerando as opções feitas no estudo, levam-na a confirmar a existência de uma busca infundável acerca das

verdades epistêmicas, por parte da filosofia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de construção e reconstrução do alicerce sobre o qual o conhecimento se assenta, da elaboração e reelaboração dos conhecimentos, das ideias e das práticas humanas.

Já do labor intelectual exercido por Elaise Almeida Martins e Natamias Lopes de Lima, teve origem o trabalho inserto como capítulo sexto desta coletânea. Constitui-se objetivo geral da investigação compreender como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo em vista as reivindicações da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo como parâmetro as reivindicações e os problemas apontados no Texto Base da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998? O trabalho resultou do estudo desenvolvido na pesquisa Análise epistemológica de teses e dissertações sobre educação do campo na Amazônia Marajoara produzidas no período de 2000 a 2017, aprovado no Prodoutor PARC Renovação-2018. Realizou-se pesquisa bibliográfica, catalogação e análise das Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades de onde decorrem as produções. As análises foram suficientes para demonstrar que mesmo após de 20 anos da realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, problemas crônicos evidenciados naquele contexto histórico, permanecem, embora em grau e roupagem diferentes. Grande parte das problemáticas apontadas são as mesmas que debatemos hoje, por isso, o conteúdo do Texto que balizou o referido evento, é atual, daí continuarmos falando de Analfabetismo, baixo número de matriculas no ensino fundamental comparando ao espaço urbano, falta de infraestrutura para receber os estudantes na escola, falta de apoio dos órgãos estaduais e municipais, currículo descontextualizado, dificuldade de acesso e permanência à escola.

Em coautoria com alunos do curso de graduação, encontra-se representado o sétimo capítulo, do qual participaram Sérgio Bandeira do Nascimento, Adrielly Ferreira Trindade, Elinael da Silva Neves, Maria Marcilene dos Santos Foro, Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho e Valdeci Cristo Alves. Tal produção decorre de experiências a partir de uma disciplina, Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, ofertada para o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS/Abaetetuba/UFPa). O objetivo consiste em descrever as experiências a partir de uma atividade de ensino com ênfase na História Local e da história oral sobre o processo de transformação de um antigo cemitério em um Campo Espiritual na cidade de Acará. Em relação à metodologia, além de referencial bibliográfico como Fonseca (2009), Luca (2019), Adiche (2019), houve utilização de dados coletados por meio de entrevista com dois antigos moradores e de um padre que atuou na referida cidade, assim como o uso de fotografias que retratam significativamente o quadro de mudanças do lugar e a sua própria ressignificação pelos moradores do município. Os resultados indicam a necessidade de proposições que dinamizem o ensino de história nos anos iniciais no Ensino Fundamental, o uso da história local com subsídios da história oral como estratégia de apropriação e valorização de processos cotidianos dos

próprios discentes para o fortalecimento da identidade e pertencimento como moradores da cidade. Quanto ao exercício da docência, acreditam poder contribuir com a formação de futuros professores para compreenderem que as transformações históricas, como no caso do objeto de estudo, não existem aleatoriamente, mas possuem contextos próprios que cumprem determinados papéis sociais.

O oitavo capítulo, construído na coautoria de Lucas dos Santos da Silva, Luana Fernandes Peixoto e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, transborda esperanças depositadas por alunos de graduação sobre o aprimoramento profissional e a pesquisa. O estudo objetivou identificar as expectativas de formação continuada dos alunos em uma turma do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Como a formação continuada surgiu e quais as motivações para isto? Como os graduandos veem a formação inicial da profissão docente? A metodologia realizada decorreu de um levantamento bibliográfico, no período histórico de 14 anos, além disso, optou-se por aplicar um formulário de perguntas para a coleta de dados nos termos sugeridos por Salles, Farias e Nascimento (2015) e por fim, a compilação e análise dos dados obtidos. Suas conclusões demonstraram que os alunos pesquisados mostram expectativas para a continuidade no ingresso em cursos da pós-graduação, e entendem a importância desta para a sua formação e para a pesquisa.

Por último, tem-se o nono capítulo de autoria de Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, cuja finalidade desta produção científica visou analisar as implicações do ensino remoto emergencial adotado pelas universidades brasileiras no contexto da pandemia SARS COVID-19, particularmente os efeitos produzidos pelas normas regulamentadoras sobre o trabalho docente e o ensino aprendizagem no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Quais as bases legais que possibilitaram à Universidade Federal do Pará instituir e implementar o Ensino Remoto Emergencial? Como se caracteriza o Ensino Remoto Emergencial enquanto política pública aprovada e adotada nessa instituição? Quais os impactos do Ensino Remoto Emergencial sobre o trabalho docente e o processo de ensino aprendizagem dos alunos do curso de Pedagogia? Estudo bibliográfico e documental, tendo havido aplicação de formulário a professores e alunos envolvidos com atividades pedagógicas não presenciais entre os meses de agosto de 2020 a setembro de 2021. Constatou-se a existência de diferentes normas regulamentadoras das atividades pedagógicas não presenciais (em âmbito federal) e do Ensino Remoto Emergencial (na esfera institucional da Universidade Federal do Pará). Ainda que a implantação do Ensino Remoto Emergencial tenha obtido como resultado algumas vantagens aos alunos, os aspectos ressaltados como prejudiciais revelaram o quanto essa política institucional passou a ser inconsistente, em muitos casos, fazendo decair a qualidade do trabalho docente e do ensino aprendizagem realizado no período de sua vigência.

Os estudos aqui reunidos, portanto, irrompem como importantes provocações epistemológicas, fagulhas capazes de projetar lampejos de esperança sobre os diferentes modos com os quais nós, docentes da Educação Superior, procuramos nos reinventar para resistir a tantas adversidades, em meio a sofrimentos e perdas irreparáveis, irrecuperáveis, insubstituíveis.

Acima de tudo, esta obra também é uma forma de protestar contra a atuação omissiva do Presidente do Brasil, em face dos malefícios causados pela pandemia do coronavírus e de suas nefastas medidas oficiais que ampliaram a proliferação dessa infecção, tendo como consequência o genocídio de parte considerável da população brasileira.

Por outro lado, sobressai a oportunidade de prestar as merecidas homenagens a ELZA EZILDA VALENTE DANTAS e DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS. A primeira, porque devotou parte de sua vida profissional ao ensino, pesquisa, gestão institucional e produção de conhecimento, com destacada participação no NEPEC, na qualidade de orientanda e de pesquisadora, cravando sua sensibilidade nas veredas históricas de nossos corações. Tornou-se uma vítima do coronavírus, tendo falecido no dia 22 de fevereiro do ano de 2021. O segundo, por ter sido um docente da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, com o qual muitos dos autores presentes neste livro tiveram a oportunidade de conviver enquanto colegas de turma do Curso de Mestrado ou no Doutorado, como aluno de disciplina, um colega de profissão, um amigo, um militante na luta em defesa da educação, da justiça e da democracia. Acometido pelo coronavírus, também não resistiu e sucumbiu. Deixou-nos órfãos de seu convívio no dia 13 de junho de 2021.

Agradecemos a todos os docentes e graduandos que se disponibilizaram a participar da criação desta obra-protesto, cedendo parte de seu tempo de vida e de trabalho para pesquisar e produzir conhecimento, encarando a criação como ato de alimento à vida e resistência às intolerâncias, em momento que a ciência e seus arautos sofrem execração pública.

Belém, Pará, Brasil.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

(Organizadores)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL:
REFLEXOS DA COVID-19

Thiago Alves Miranda
Joniel Vieira de Abreu
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123111>

CAPÍTULO 2..... 18

GUERRAS CULTURAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

Márcia Nemer Furtado
Cleide Carvalho de Matos
Analaura Corradi
Rosângela Araújo Darwich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123112>

CAPÍTULO 3..... 30

A FALÁCIA DA PEDAGOGIA TECNICISTA E DA TECNOLOGIA DIGITAL COMO
PERSPECTIVAS INOVADORAS DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Luiz Miguel Galvão Queiroz
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Rafael da Silva Queiroz
Terezinha Sirlei Ribeiro de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123113>

CAPÍTULO 4..... 46

“ME TRATAM COMO UMA BARATA”: ADOLESCENTES TRANS, NECROPOLÍTICA E O
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Geraldo Neves Pereira de Barros
Silvane Lopes Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123114>

CAPÍTULO 5..... 56

FILOSOFIA, CONHECIMENTO E VERDADE: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Raimunda Lucena Melo Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123115>

CAPÍTULO 6..... 76

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA ANÁLISE APÓS 20 ANOS
DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Elaise Almeida Martins

Natamias Lopes de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123116>

CAPÍTULO 7..... 97

HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E RITUAIS DE MORTE NO CAMPO
ESPIRITUAL DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ACARÁ-PARÁ

Sérgio Bandeira do Nascimento
Adrielly Ferreira Trindade
Elinael da Silva Neves
Maria Marcilene dos Santos Foro
Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho
Valdeci Cristo Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123117>

CAPÍTULO 8..... 111

EXPECTATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ALUNOS DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Lucas dos Santos da Silva
Luana Fernandes Peixoto
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123118>

CAPÍTULO 9..... 130

REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E OS EFEITOS DA
POLÍTICA INSTITUCIONAL NA RECENTE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123119>

SOBRE OS ORGANIZADORES 169

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UM ANÁLISE APÓS 20 ANOS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Data de aceite: 01/11/2021

Elaise Almeida Martins

Pedagoga formada na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó Breves.

Natamias Lopes de Lima

Doutor em Educação. Professor Adjunto na Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Campus Universitário do Marajó Breves. Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

A partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, a produção científica sobre essa área começa a ganhar mais espaço e ter mais visibilidade. E com isto, outros eventos foram realizados, grupos e linhas de pesquisa foram criados, universidades passaram a ofertar vagas em cursos de nível superior específico, a educação do campo passa a ser objeto de estudo em programas de pós-graduação resultando em dissertações e teses o que indica um verdadeiro movimento epistemológico.

A partir da última década do século XX e início do século atual, o crescimento da pesquisa atinente às questões da Educação do Campo, refletido em programas de Pós-Graduação, grupos de estudos e pesquisa, eventos, produções em revistas e periódicos científicos que tem despertado preocupação com fatores dessas investigações (SÁNCHEZ GAMBOA,

2012).

Favorável a um gesto de análise, Caldart (2009) propõe alguns questionamentos que evidenciam a relevância científica do mesmo; para ela o momento é de perguntar sobre o objeto de estudo, práticas, política que atendem pelo nome de 'Educação do campo; chegando a interrogar por que a Educação do Campo já se configura como um fenômeno da realidade brasileira que exige tomada de posição prática e teórica, um caminho necessário para a compreensão das origens, dos possíveis desdobramentos, dos muitos atuais e variados fenômenos sociais e educacionais (VEIGA-NETO, 2012), um exercício de conhecimento de como as coisas lá existentes se formaram historicamente.

Compreender e apreender a Educação do Campo em sua historicidade, contradições e tensões inerentes a essa realidade, é uma necessidade. Em um sentido mais amplo, Caldart (2009) afirma que há uma lacuna sobre uma narrativa escrita e refletida com mais rigor de detalhe a respeito da Educação do Campo. Em sentido mais estrito, no contexto da Amazônia Marajoara, sentimos a necessidade de uma análise, que se propusesse perceber seu movimento após 20 anos da I Conferência Nacional realizada em 1998, onde foram feitas denúncias, apresentadas demandas e aspirações das populações campestre. Vale lembrar que essa análise se insere em um processo ainda em

curso.

Das pesquisas que resultaram em dissertações e teses sobre a Educação, muitas tiveram como objeto questões atinentes a educação na Amazônia Marajoara, o que justifica a pesquisa que realizamos a qual pode contribuir para que o Campus Universitário do Marajó-Breves e a Universidade Federal do Pará figure entre as instituições de onde emanam estudos sobre a educação do campo no Marajó, por isso levantamos novas questões a respeito da temática, em busca de conhecimentos decorrentes dessas investigações em sua complexidade. Identificamos conhecimentos produzidos em pesquisas de pós-graduação e publicado em dissertações e teses, para problematizá-las em uma perspectiva crítica, como um instrumento catalisador do que os estudos materializados em dissertações e teses apresentam a respeito da educação em municípios na mesorregião marajoara.

A partir dessas compreensões, o estudo foi desenvolvido em torno do seguinte problema: Como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo como parâmetro as reivindicações e os problemas apontados no Texto Base da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998? Constitui-se objetivo geral desta investigação compreender como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo em vista as reivindicações da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Em caráter específico objetivamos 1) Identificar quais as reivindicações da I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, atinentes a educação; 2) Identificar os principais problemas da educação do campo apresentados pelos conferencistas naquela conferência; 3) Analisar os principais problemas ainda existentes na educação do campo apresentados em teses e dissertações sobre a Amazônia Marajoara.

Este trabalho é resultado do estudo desenvolvido na pesquisa “Análise epistemológica de teses e dissertações sobre educação do campo na Amazônia Marajoara produzidas no período de 2000 a 2017, aprovado no Produtor PARC Renovação-2018.

Como forma de conhecer melhor a pesquisa e os seus objetivos, buscamos as contribuições de Gil (2002) que afirma que “a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas que são propostos” (GIL, 2002, p. 17). Para ele, a pesquisa é solicitada quando não se tem informação suficiente para atender ao problema ou então, quando as informações disponibilizadas estão desorganizadas e não podem ser adequadas ao problema (GIL, 2002). Esta, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, cuja finalidade é gerar novos conhecimentos sem a aplicação prática.

Com base nos objetivos gerais, para Gil (2002), é possível classificar as pesquisas em três grupos: Pesquisa descritiva, explicativa e exploratória. A descritiva possui o interesse de descrever os fatos ou fenômeno já a explicativa procura criar uma teoria

aceitável para um fato ou fenômeno, a exploratória visa criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno. Partindo destes pontos, o tipo de pesquisa que podemos observar neste trabalho é a exploratória, cuja finalidade é nos possibilitar maior familiaridade com o problema, aprimorar ideias, descoberta de intuições, daí a natureza flexível de seu planejamento (GIL, 2002).

Apesar, da pesquisa exploratória ser bastante flexível na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. Neste estudo, desenvolvemos uma das etapas principais que foi o levantamento bibliográfico, pois trata-se de um estudo essencialmente bibliográfico, pois teve como base materiais já elaborado.

Assim, realizamos estudo de literatura sobre pesquisa, pesquisa bibliográfica, epistemologia e análise epistemológica. Em seguida fizemos o levantamento das Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades de onde decorrem as produções, para ter acesso aos estudos condizentes com a temática a partir de expressões de busca como “educação do campo”, “Amazônia Marajoara” e “população do campo”.

Com isso, foi possível ter acesso à produção científica sobre a Educação do campo na Amazônia Marajoara consolidadas em 25 teses e dissertações, o resumo das quais foram lidos. Em seguida fizemos uma leitura minuciosa dos trabalhos selecionados para análise, a fim de, avançar e identificar os estudos que tratavam de problemas da educação na Amazônia Marajoara, o quais foram organizados por categorias construídos no decorrer das análises, como por exemplo: problemas de estrutura física, formação de professores, acesso e permanência dos alunos na escola etc.

Esse estudo tem características de uma análise epistemológica, que para Sánchez-Gamboa, 2012 todo pesquisador tem a necessidade de realizar uma leitura epistemológica de outras pesquisas. Esse tipo de análise extrapola a dimensão da verificação das estruturas, dos temas estudados, das bibliografias utilizadas e autores consultados. Ou seja, esta pesquisa vai além de uma análise estritamente epistemológica no sentido de discutir a produção do conhecimento, mas principalmente de conhecer os modos de interpretar e tratar a realidade, base de reflexão da realidade concreta da Educação do Campo no contexto da Amazônia Marajoara.

A LUTA POR EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Desde a criação da Primeira Lei Geral de Educação no Brasil, em 1824, já era notório o descaso com a população do campo. Segundo Silva et. al. (2014, p. 3), “Os habitantes do meio rural estiveram relegados à marginalidade, no tocante à construção de planos educacionais que fossem condizentes com sua realidade e modo de vida”. Grande parte dessa exclusão do campo, em relação as políticas que contemplem as reais necessidades

existentes no campo, tem início na Proclamação da República (1889). Naquele período:

[...] a organização escolar brasileira passava a sofrer uma forte influência do positivismo e, junto com essa influência veio uma valorização da industrialização. Atribuindo maior importância ao modo de vida e produção urbana, sem levar em conta as outras formas de vida e trabalho. Deixando de lado as pessoas que viviam e produziam no campo (SILVA, et all., 2014, p. 4).

A implementação de modelos urbano-liberais entre a população do campo, ocasionado pelo capitalismo contemporâneo com foco na mão de obra existente no campo, e a produção rural foram grandes causadores de modificação no sistema escolar rural causando graves consequências. Para Leite (1999, p. 14), *“as vertentes ideológicas urbanizantes e desenvolvimentista foram as grandes responsáveis pelas transformações ocorridas nos sistemas escolar rural, ocasionando a perda de sua identidade sócio-cultural e consequentemente o seu enfraquecimento [...]”*.

No período da República no Brasil, a educação se tornou quase que um privilégio das camadas elevadas da sociedade, embora, nas congregações religiosas estivessem instaladas escolas de ensino médio nas principais províncias permitindo a escolarização das classes médias e inferiores no meio urbano. Entretanto, a escolarização rural sofria pelo desinteresse das lideranças Brasileiras que só passou a ser notada com o grande movimento migratório interno de 1910 e 1920 (LEITE, 1999). Segundo Rodrigues e Bonfim (2017) a modalidade educacional de educação do campo, historicamente, vem sendo relegada a segundo plano pelos seus governantes, “não houve um investimento significativo pelos representantes governamentais para que tivesse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade do povo camponês” (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1374).

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999 p. 14).

Dessa forma, as populações do campo estiveram negligenciadas e esquecidas pelo poder público, “as prioridades do Estado estão engendradas na hegemonia das classes dominantes que, de certa forma, mediante mecanismo de dominação sócio-cultural, fazem prevalecer o status quo dos grupos [...]” (LEITE, 1999, p. 21). Permaneceram inferiorizadas, pois se acreditava que as pessoas residentes no campo não necessitavam estudar, pois estudar só servia para as pessoas que moravam nas cidades. “Nessa perspectiva, [...] as pessoas do campo sempre foram consideradas sem cultura, sem educação e, pior, como se servissem apenas para trabalhar no campo, e que, portanto, não precisariam de uma educação formal” (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1375- 1376).

A educação é um direito de todos. É o que prescreve o artigo 205 da Constituição Federal. A Educação deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa como cidadã, preparar para o trabalho e para a vida (SILVA, 2011). Embora, não se refira nominalmente às populações do campo, um dos princípios do ensino assegurado na Carta Magna, em seu Art. 206, inciso I, ratifica o que vimos falando sobre o direito a educação, qual seja “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Grifo nosso).

A lei em si não garante o usufruto de um direito, por isso é preciso lutar por ele de forma consciente de que é um direito e precisa ser garantido. “Os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos. Na fronteira de uma pluralidade de direitos: a saúde, a moradia, a terra, o teto, a segurança, a proteção da infância, a cidade” (ARROYO, 2003, p. 30). A exemplo disto, temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST), que tem lutado por uma educação que de fato contemple a população camponesa.

I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: PROBLEMAS E REIVINDICAÇÕES

A primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada no período de 27 a 31 de julho de 1998, Luziânia/GO, foi antecedida por Seminários estaduais, com apoio em um Texto Base e nas experiências concretas, ela compõe um processo articulado com muitos e diferentes participantes como educadoras e educadores do campo. Dada a importância, entraram em parceria:

[...] A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através de seu Setor Educação e das Pastorais Sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UnB) (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 8).

A I Conferência “[...] foi uma ação que teve papel significativo no processo de rearticulação da questão da educação da população do campo para a agenda da sociedade e dos governos, e inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular” (II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004). Além da inserção da educação para as populações rurais na agenda política brasileira foi inaugurada a expressão campo que passou a substituir o termo rural (RODRIGUES; BONFIM, 2017)

[...] a primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo [...] se tornou um espaço de reflexão e mobilização popular em favor de uma educação que, em seus conteúdos e metodologia, considerasse a especificidade do campo (SANTOS NETO, et al., 2017, p.187).

Em seu Texto Base, os conferencistas demarcam os pontos problemáticos na educação; e o primeiro assinalado é a escassez de dados e análise sobre o tema,

mostra que a temática era tratada com descaso e pouco interesse por parte dos órgãos governamentais e até mesmo pelos estudiosos da época. Outra questão revelada é o alto índice de analfabetismo no Brasil, o texto recorre ao censo do IBGE de 1996, que apontavam que 32,7% da população do meio rural, acima de 15 anos, era analfabeta.

As matrículas no ensino fundamental também surgem como um problema existente na educação do campo, recorrendo ainda ao censo de 1996 do IBGE que revelava que aproximadamente 2,7 milhões de crianças, na faixa etária de 7 a 14 anos, ainda estavam fora da escola no Brasil. Logo, as matrículas no ensino médio representavam 54,4%, na faixa etária acima de 17 anos, no entanto, desde de 1991 a 1998 que apenas 1,1 % do total dessas matrículas estão no meio rural. Já a inclusão da educação infantil significou um grande avanço no meio rural, que no momento se mantinha de maneira tímida, porém crescente.

O texto apresenta como principais problemas a falta de valorização do magistério e a formação dos professores e professoras, pois existiam professores(as) trabalhando sem formação, por isso, se pedia formação específica para a docência no campo. Problemas como estes não permaneciam apenas no campo, mas em todo sistema brasileiro, contudo, era nesse espaço geográfico a situação mais crítica.

O tipo de escola pública também entra em pauta, de modo geral, era relegada ao abandono que em muitos casos recebia a denominação de *escolas isoladas*, fazendo com que as escolas das cidades fossem vistas como encantadoras: o lugar do progresso. Não apenas o tipo de escola, mas também a escassez de prédios escolares nas regiões ribeirinhas *figurava* como problema. O número ainda era pequeno para a demanda de alunos, o que tornava mais difícil a escolarização, pois, fazia com que crianças que não possuíam escolas próximas de suas residências precisasse se deslocar a longas distâncias para poderem estudar. Além de tudo, era flagrante a precária infraestrutura das poucas escolas existentes.

No Texto Base, consta a falta de apoio e iniciativas no aspecto pedagógica; o currículo e o calendário escolar estavam distantes da realidade do campo, e não contemplavam suas demandas. Os professores e professoras das escolas, ainda tinham uma visão urbanocêntrica da realidade, talvez consequência da falta de formação específica e identificação.

As principais críticas às escolas referem-se ao fato de estarem deslocadas das necessidades do campo e das questões do trabalho, em muitas situações, alheia a um projeto de desenvolvimento assim como alienada dos interesses dos camponeses, indígenas, assalariados do campo, enfim, do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras e de seus movimentos e organizações e principalmente estimuladora de abandono do campo por apresentar o urbano como superior, moderno e atraente, e com isso, em muitos casos, acaba trabalhando em sua própria destruição por ser a articuladora do deslocamento de

seus estudantes para estudar na cidade, por não organizar alternativas de avanço das séries nas escolas do próprio meio rural.

Por fim, como determinismo geográfico, como fator regulador da qualidade de ensino, a construção da concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural, sendo um critério equivocada da política de investimentos, e com isso, uma falsa ideia. O campo estava sendo desqualificado como espaço de prioridades para as políticas públicas, e a exemplo disto, o Texto Base aborda o Plano Nacional de Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais que insistiam em trabalhar apenas com a referência da escola urbana.

Além das problemáticas apontadas, os conferencistas ainda fizeram diversas reivindicações como: Programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos até o momento em que seja efetivamente eliminado o analfabetismo do campo. Acesso de toda a população a uma escola pública gratuita e de qualidade, em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino médio, já pensando na demanda do ensino superior. E que essa escola tenha uma gestão democrática nos diversos níveis do sistema escolar incluindo a participação ativa das famílias, das comunidades, das organizações e dos movimentos sociais nas determinações sobre as políticas de ação em cada nível e na inspeção dos recursos destinados a escolas.

Solicitavam também, mais Apoio às iniciativas de inovação de estruturas e currículos escolares nos diversos níveis da educação básica visando a ampliação do acesso e o desenvolvimento de uma pedagogia apropriada aos atuais assuntos de um campo em transformação. Reivindicaram a Criação de escolas técnicas regionais que desenvolvessem ensino fundamental e médio combinando a formação profissional para a atuação no campo e ressaltavam que os profissionais docentes deveriam ter um processo específico/diferenciado de seleção para atuarem nas escolas do campo e que ninguém seja obrigado por um concurso, estágio probatório ou por uma penalidade a trabalhar nestas escolas.

Na esteira das reivindicações, estavam programas específicos de formação continuada para os educadores/educadoras do campo, assim como, a inclusão de habilitações específica ou, pelo menos, de disciplinas nos cursos de magistério e cursos superiores de Pedagogia e nas demais licenciaturas. Apoio à produção e à divulgação de materiais didáticos e pedagógicos que tratem de questões de quem vive no campo e apoio à realização de pesquisas e estudos sobre o meio rural que sejam elementos para a implementar uma proposta de educação básica do campo.

Proposição de políticas públicas que associem a educação com outras questões de desenvolvimento social, como serviço de correio, telefonia entre outros, que permitam a própria rede de comunicação à realização de práticas pedagógicas transformadoras. Cobravam programas de valorização e de apoio às produções culturais assim como, intercâmbio cultural. Requisitavam programas combinados de produção e de formação

profissionais desenvolvidos em uma nova perspectiva acerca de um novo projeto de desenvolvimento do campo. Também foi exigido o financiamento, por parte do Estado, de escolas e ou processos educativos criados e geridos por iniciativa das comunidades rurais e de movimentos populares, que não tenham objetivo de lucro.

Os conferencistas cobravam a democratização da escola e do ensino e exigiam ampliação quantitativa e qualitativa em relação ao acesso às escolas, não só para estudantes, mas também para comunidade em geral, como as famílias, organizações e movimentos populares. Em consequência, pediam maior participação da população na tomada de decisões na escola na gestão do cotidiano escolar, que precisa ser vista como um espaço também pertencente a comunidade. Maior participação dos alunos na gestão do cotidiano escolar para superar a democracia da representatividade e a criação de coletivos pedagógicos capazes de pensar e repensar os processos de mudança e transformá-los em ações educativas concretas.

Modificações importantes são exigidas em algumas áreas. Como a transformação na pedagogia escolar, no jeito de ensinar e aprender. E refletir em como trazer para a escola as alternativas pedagógicas que estão sendo produzida fora dela, ou seja, incorporar as lições da educação popular na vida da escola. Transformação do currículo escolar, que precisam incorporar o movimento da realidade e processar como conteúdos formativos. Transformação da escola que dá ênfase a memorização de informações desarticuladas afirmando a importância do aprender a aprender, isto é, aprender a transformar informações em conhecimentos, (trans) formação dos educadores e educadoras das escolas do campo, que costumam fazer parte de um ciclo vicioso e perverso, são vítimas de um sistema que desvaloriza seu trabalho e colocam o meio rural como penalização e não uma escolha.

Por fim, pedem articulação entre educadores/educadoras para criação ou fortalecimento dos coletivos pedagógicos locais quanto municipais. Qualificação dos educadores/educadoras, priorizando a formação dos docentes sem formação e a discussão das propostas de formação de professores dos cursos já existentes, tanto a nível médio como superior e programas sistemáticos de formação que incluam as transformações discutidas na conferência e que construam metodologias que permitam a vivência de novas alternativas pedagógicas no processo de formação.

LUTAS E CONQUISTAS

Por meio das lutas, caminhos podem ser abertos para que novos avanços sejam concretizados às populações camponesas (SILVA, et al., p. 2014). Os “lutadores do povo” (CALDART, 2003) estão à frente dessas manifestações, em busca de uma sociedade mais justa.

Não estão preocupados apenas em resolver os seus problemas, conquistar os seus direitos, mas sim em ajudar a construir uma sociedade [...] mais humana, onde os direitos de todos sejam respeitados e onde se cultive o princípio de que nada é impossível de mudar (CALDART, 2003, p. 69-70).

Como conquistas no campo dos direitos e inclinação às necessidades específicas do campo, não poderíamos deixar de recorrer a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), importante instrumento para construção de um plano que oriente os objetivos e finalidades condizentes com a vida no campo, a qual institui em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para a escola do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

A referida lei traz avanço à educação do campo, pois apresentou as principais ideias que norteiam esse tipo de educação, determinando legalmente como deve ser a metodologia, o currículo, a organização das escolas situadas no campo, bem como questões envolvendo o calendário escolar que no campo diverge do calendário das escolas do meio urbano (RODRIGUES; BONFIM, 2017). Conforme Rieger e Pinto (2013), a LDB trouxe abertura jurídica, governamentais para se dialogar sobre a política da educação do campo, respeitando suas particularidades.

Por meio, de todas essas ações, podemos destacar alguns avanços que mostram que o campo está em movimento e possui sujeitos de direitos em busca de uma educação de qualidade. Por intermédio das reivindicações do Movimento da Educação do Campo, “o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi instituído em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária” (SANTOS, et al., 2010, p. 30). O programa surgiu durante o Encontro Nacional de educadores da Reforma Agrária -I ENERA (SILVA, 2011). Um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás, que foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Estado do Pará.

O PRONERA nasce na lacuna de políticas públicas que atendessem demandas das famílias dos assentamentos rurais, principalmente no que diz respeito à educação e também pelos altos índices de analfabetismos e os baixos níveis de escolarização das pessoas que vivem nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Isto é, o

que aponta a Carta de defesa do PRONERA nos 18 anos do programa nacional e 16 anos na UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina (2016), realizado pela III Jornada pela Reforma Agrária na UFSC. O programa propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, bem como capacitar educadores e educadoras para atuar nos assentamentos (RODRIGUES; BONFIM, 2017).

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que ao ser analisado constata-se “[...] eleva esse programa governamental à categoria de política pública e valoriza, em vez de criminalizar, a ação das organizações e movimentos sociais do campo concernentes à educação escolar no âmbito da reforma agrária” (MUNARIM, 2011, p. 56-57 apud MELLO, 2017, p. 27). “A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte [...] de resistência, e nela se encontram o PRONERA e a Educação do Campo” (SANTOS, et al., 2010, p.29).

O referido tem como público alvo: Jovens e pessoas adultas de assentamentos que não tiveram a oportunidade de estudar, a fim de que tenham acesso à educação básica como a alfabetização, ensino fundamental, ensino médio e cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, superior e de especialização (BRASIL, 2016). O art. 12 do Decreto nº 7.352 traça os objetivos do PRONERA, que são:

- I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;
- II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA;
- III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (BRASIL, 2010).

O PRONERA, é um programa importante para jovens e adultos que vivem nos assentamentos diretamente ligados à reforma agrária. Para Munarim (2008), o mesmo se constituiu no mais importante espaço institucional federal de construção e execução de alternativas educacionais aos povos do campo, alternativas que vinham dos assentamentos da Reforma Agrária.

Necessário também considerar como uma política pública fundamental para o desenvolvimento da Educação do Campo o Pronera, sendo este um programa de importância significativa para jovens e adultos que moram em assentamentos de reforma agrária e que necessitam de uma educação formal, para que possam desenvolver plenamente na sociedade, pois se busca com tal programa o resgate da cidadania desses indivíduos que, muitas vezes, são invisíveis para a sociedade e manipulados por autoridades (RODRIGUES; BONFIM, 2017, p. 1385).

O MST desenvolve, em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cursos que se

estendem, desde a alfabetização de jovens e adultos até a formação de nível superior dos educadores e educadoras do MST, além das escolas de Ensino fundamental espalhadas nos acampamentos e assentamentos.

Cumprе ressaltar que o programa nacional de educação na reforma agrária (Proneira), não se restringe à Universidade do Pará, nem ao MST, mas têm convênios de formação para cursos superiores com várias universidades do país, sobretudo através dos chamados cursos de pedagogia da terra, que atende aos vários movimentos sociais que atuam no campo, visando a formação de pedagogos para atuarem nas áreas de reforma agrária (AGUILAR, 2009, p. 12).

No ano 2016, com seus 18 anos de existência, o PRONERA já tinha promovido 470 cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino; foram atendidos 185.283 educandos e educandas de acampamentos, assentamentos, da agricultura familiar; foram estabelecidas parcerias com mais de 90 instituições de ensino em todas as unidades da federação. Todos esses dados, demonstram a importância que o PRONERA teve no decorrer de sua história na alfabetização e escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na formação de professores e professoras, ainda com desenvolvimento para áreas de produção agroecológica, saúde, entre outras (CARTA DO PRONERA, 2016).

De 1996 a 2010 conquistas importantes foram efetivadas por intermédio das reivindicações do Movimento da Educação do Campo. No dia 03 de abril do ano de 2002, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica apresentaram as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC) (RIEGER; PINTO, 2013), através das resoluções que a instituiu, como a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008 (SILVA, et al., 2014). Pode-se dizer que é um importante momento histórico que demarca a emergência de um novo paradigma educacional, para a educação do campo.

Como podemos observar “a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, significa um grande avanço na educação do campo, e grande conquista dos movimentos sociais do campo” (HAUDT; RIVATTO, 2012, p. 2-3). No documento afirma que o Poder Público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico, assim como, o desenvolvimento social para uma sociedade justa e ecologicamente sustentável. Bem como, aponta no Art. 4º da resolução:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável (BRASIL, 2002).

A escola do campo deve ser plural, além de preparar para a educação básica oferecidas nas escolas, deve se constituir em um lugar para a investigação e formação científica sobre o mundo de trabalho e articular conhecimentos sobre as demandas sociais e econômicas do seu espaço, também deverão contemplar a diversidades em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia (RIEGER; PINTO, 2013).

No Art. 6º, o Poder Público recebe a responsabilidade, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de ofertar a educação Infantil e o ensino fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade certa, cabendo, principalmente ao Estado, criar condições para isto, “[...] cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico” (BRASIL, 2002).

De modo geral, as DOEBEC têm por finalidade nortear e demarcar os princípios básicos para a implementação da Política de Educação do Campo, cuja fala sinaliza para o atendimento diferenciado das questões educacionais das comunidades rurais, considerando a sua diversidade sociocultural (LIRA, 2017). Para Rieger e Pinto (2013, p. 897) as DOEBEC garantem aos estudantes das escolas do campo o direito a uma escola de qualidade que não se diferencia em recursos a uma escola urbana. Segundo Silva (2011, p. 20) “as Diretrizes é o resultado de um olhar para a diversidade presente no campo, com o objetivo de construir a identidade da população camponesa, bem como seu direito à cidadania”.

PRINCIPAIS PROBLEMAS PERSISTENTES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Já se foram mais de duas décadas desde a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, e como resposta ao problema de pesquisa que originou neste estudo, veremos que muitos problemas apontados pelos conferencistas do referido evento, ainda permanecem na educação do campo. Nas produções analisadas podemos encontrar diversos problemas apresentados pelos pesquisadores em seus respectivos trabalhos. No Quadro 1, fizemos uma síntese pontuando as principais dificuldades relatadas.

PROBLEMAS	REFER.
Precariedade na Infraestrutura física	5
As formas de admissão, contratação e permanência do quadro pessoal docente	1
Urbanocentrismo	1
Escassez de alimentação escolar	2
Currículos descontextualizados	4
Número expressivo de profissionais sem Licenciatura	2
Falta ou insuficiência de recursos didáticos	3
Ausência ou precariedade do transporte escolar	2
A não oferta do ensino médio em muitas comunidades no campo	1
A falta de acesso à universidade para alunos do campo	1
Oferta de vagas escolar limitadas para a demanda de alunos	1
Falta de apoio dos órgãos estaduais	1
Ausência de políticas públicas	1
TOTAL	25

Quadro 1 – Principais problemas persistentes na educação do campo identificados pelos pesquisadores no Marajó

Fonte: Teses e dissertações analisadas para este trabalho.

A precariedade de infraestrutura física das escolas do campo foi apresentada em 5 (cinco) produções analisadas, e assinalada como uma das principais dificuldades enfrentada pelos alunos, professores e por toda a comunidade. A pesquisa de Cristo (2007, p. 92) aponta que “a infraestrutura física da maioria dos prédios escolares é precária” e segundo Caetano (2013) as salas de aula possui espaços inadequados.

Pesquisa de Mendes (2008, p. 61), relata que a escola “funcionava, na ocasião, em uma **casa de um morador** do rio que, no caso, era sogro da professora, o qual cedeu um **compartimento da casa** para que as crianças pudessem ter um local para estudar, durante o dia, pois a noite a escola vira casa” [Grifo Nosso].

A contratação de profissionais docentes vai além de uma admissão, é um forma de controle de políticos. A falta de segurança quanto a permanência no cargo, aceitam situações como baixos salários, trabalhar em espaços precários, turmas superlotadas. Segundo Lopes (2013):

[...] Os professores contratados possuem frágil relação de negociação diante das condições materiais de trabalho e têm sua relação com a comunidade um pouco mais delicada quando é o caso das lideranças locais serem agentes de mobilização social de vereadores com pouco preparo e compromisso político (LOPES 2013, p. 113).

Indicando a sobreposição da escola urbana em relação a do campo, Amaral (2012, p. 112) afirma que “Com este estudo, foi me permitido ratificar [...] a sobreposição da escola

urbana em relação às “escolas das águas” no que se refere à infraestrutura e na composição do quadro pedagógico [...]”. Com isso, as escolas do campo, denominadas pela autora de escolas das águas, são vistas e tratadas em uma escala de segunda categoria pela gestão pública. Para Carmo (2010, p. 177) “[...] torna-se urgente pensar em um novo projeto para o desenvolvimento, outra escola e educação que siga em sentido oposto ao modelo urbanocêntrico, que privilegia os saberes urbanos em detrimento dos saberes culturais locais das populações rurais”.

Referente a escassez ou falta de merenda escolar, 2 (duas) produções mostram essa situação como agravante da situação das escolas do campo. Segundo Souza (2012, p. 104) “por conta da localização existem inúmeras dificuldades que são vivenciadas nesse tipo de escolarização, dentre eles: [...] falta de merenda escolar”. Conforme Cristo (2007, p. 92) “a oferta de merenda é irregular, pois não é suficiente para durar o mês inteiro [...]”. Com isto, fica evidente que a escassez e ou a falta de merenda escolar é um grande problema para as escolas do campo, porque quando não se tem merenda a solução é encerrar as aulas mais cedo ou, em muitos casos, paralisar as aulas até que a próxima remessa seja feita. Sem deixar de levar em conta que, para muitas crianças, o lanche da escola é a principal refeição do dia.

Quanto aos currículos descontextualizados, foram aludidos em 4 (quatro) produções, são disciplinas e até mesmo conteúdo que não condizem com a realidade dos alunos. A pesquisa de Almeida (2016), realizada em Afuá/Pa, aborda que “os saberes socialmente reconhecidos e legitimados pelo sistema municipal de educação de Afuá acabam por negar os saberes oriundos da cultura ribeirinha” (2016, p. 166). Segundo Semblano (2008, p.132) “Esta recusa incluir, até mesmo, o envolvimento nos problemas propriamente escolares, chegando a postular uma clara separação entre a escola e o contexto social que envolve a vida dos alunos”. Para Freitas (2005):

É preciso desenvolver um currículo educativo contextualizado, que dê relevância aos saberes e práticas vivenciadas pelos educandos, onde eles possam tecer novos significados em suas aprendizagens a partir de suas vozes, mediado/orientado pelo professor e em cooperação com seus colegas (FREITAS, 2005, p. 107).

Este problema já tinha sido discutido na conferência de 1998 e foi uma das principais críticas realizadas ao currículo, por estar fora da realidade das crianças, assim como as escolas que se apresentavam distantes das reais necessidades do campo. Para Lima (2011, p. 134) “O que se tem visto na maioria das vezes são propostas curriculares para as escolas do campo adaptadas a partir da lógica urbana”.

Referindo-se ao número expressivo de profissionais docentes sem formação superior, observamos que 2 (dois) trabalhos fazem menção a este problema. Na pesquisa de Cristo (2007) podemos observar o registro de um número expressivo de profissionais

que não possuem a formação inicial em nível superior e nem no magistério

[...] o perfil de formação de professores da rede municipal de ensino de Breves [...] possui um número expressivo de profissionais leigos, que totaliza 211, nas séries iniciais das escolas do meio rural. A situação fica mais difícil porque 80 não possuem o ensino médio em magistério, nem graduação em pedagogia (CRISTO, 2007, p. 90).

Com isto, Junior Cardoso (2009, p.128), afirma que “dessa forma, os resultados mostram que a grande maioria dos docentes não apresenta uma formação inicial em cursos de nível superior”, o que torna os alunos do campo os principais prejudicados com esta realidade.

Relatando os poucos recursos didáticos assim como a ausência de livros, analisamos 3 (três) produções. Na pesquisa de Amaral (2012) podemos perceber a escassez de livros nas escolas dos diversos gêneros textuais:

Outra constatação é a ausência de livros dos diversos gêneros textuais. Segundo os alunos, pais e professores, os livros existentes na escola são praticamente os didáticos, que anualmente são distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC) (AMARAL, 2012, p. 86).

No trabalho de Mendes (2008) é possível entender que além dessa ausência, os livros que chegam a escola estão em péssimas condições de uso e são reaproveitados dos estudantes das cidades. “A cada ano, os livros didáticos, são reaproveitados de outros estudantes da cidade de Ponta de Pedras, o que reforça a frase [...] de que para o interior qualquer coisa serve principalmente o já usado, descartado e inservível pelos ‘outros’ da cidade” (MENDES, 2008, p. 129). Percebe-se, assim, que esses livros advindos das cidades, além das péssimas condições, não representam a realidade das crianças do campo. Por isso, Lima (2011) aborda que “nesse caso evidencia-se mais o universo cultural urbanocêntrico nos conteúdos abordados na maioria dos livros utilizados pela escola” (LIMA, 2011, p. 132).

A falta ou irregularidade do transporte escolar é um grande problema que esteve presente em 2 (duas) produções. São dificuldades diárias enfrentadas pelos alunos e professores das escolas do campo, que muitas vezes, mesmo quando há o transporte, é realizado em péssimas condições. Segundo Cruz (2014) “[...] o transporte escolar é fundamental, que no caso da região, são embarcações muitas vezes, de pessoas da própria comunidade abastecidas apenas com o combustível da prefeitura que ainda é fornecido de forma precária e sem possibilitar a segurança necessária para os alunos (CRUZ, 2014, p.107). Muitas vezes o fornecimento do combustível feito pela prefeitura falha o que resulta na paralização das aulas. Para Reis (2016) “[...] se o combustível fosse suficiente, e a remuneração dos condutores do transporte escolar não atrasasse, os dias letivos seriam

cumpridos” (REIS, 2016. p. 78).

A não oferta do ensino médio em muitas comunidades aparece em 1 (uma) produção. Este é um caso bem latente no campo, pois fica claro que um número expressivo de alunos que terminam o ensino fundamental e desejavam permanecer estudando precisam se mudar do seu lugar de origem em busca de avançar para o ensino médio. Para Cruz (2014) “a necessidade urgente da oferta do ensino médio, pois aqueles que já completaram o ensino fundamental pararam de estudar ou tiveram que sair da comunidade para buscar a continuidade desses estudos fora” (CRUZ, 2014, p. 112).

A falta de universidades para os alunos do campo aparece em 1(uma) produção. Segundo Guimarães (2010) “a comunidade pronunciou-se apresentando suas reivindicações que estão relacionadas à: falta de uma universidade para que os jovens tenham acesso ao ensino superior [...]” (GUIMARÃES, 2010, p. 163). Porém, a resolução para este problema caminha a passos lentos ainda, pois não há, em muitos casos, um campus universitário fixado nas comunidades e a única solução para os que desejam prosseguir é a cidade.

A oferta de vagas limitadas para a demanda de alunos foi um dos problemas relatados em 1 (um) estudo e o exemplo disto é a casa familiar rural que não possui vagas suficientes para atender a demanda de alunos, esta também é uma realidade vivenciada por muitas outras escolas:

[...] as vagas ofertadas na Casa Familiar Rural não são suficientes para atender todos os alunos que a procuram. O acesso não se restringe somente aos alunos residentes na RESEX, embora sejam predominantes, nem deveria em se tratando de uma escola criada para servir o município como um todo, porém se torna impossível o atendimento de toda essa demanda municipal (LOURENÇO, 2016, p. 77).

Com tudo, o que foi relatado fica claro a falta de apoio dos órgãos estaduais e Ausência de políticas públicas, que foram abordados uma (1) única vez nas produções e deixam evidente como o campo vem sendo esquecido e deixado de lado, ainda há poucas oportunidades para os alunos do campo comparando com as cidades. Para Costa (2019):

Tais dificuldades apresentadas pelos sujeitos demonstram a limitação das políticas públicas direcionadas ao atendimento da educação do homem do campo, ao mesmo tempo, descortinam a falta de apoio dos órgãos estaduais, sobretudo, as secretarias estaduais e municipais de educação (COSTA, 2019, p. 112).

Segundo Magalhães (2009) “[...] a maior parte da população vive nas áreas ribeirinhas ou de terra firme das localidades rurais, é desses lugares que advém as principais demandas sociais e educacionais por políticas públicas específicas” (MAGALHÃES, 2009, p.31-32).

CONCLUSÃO

As lutas sociais possuem extrema relevância pelas conquistas alcançadas do Campo. Foi por intermédio dos movimentos pela educação do campo que surgiu a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (DOEBEC), um destaque que dá início ao novo paradigma de educação do campo.

Eventos como a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, foram de grande importância, contribuíram com o debate das problemáticas nas quais estavam envolvidas a educação desse meio, pensadas na e a partir da lógica urbana e o campo uma extensão da cidade, e conseqüentemente implementando políticas adaptadas distantes das reais necessidades das populações campo.

Mesmo após de 20 anos da realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, problemas crônicos evidenciados naquele contexto histórico, permanecem, embora em grau e roupagem diferentes. Grande parte das problemáticas apontadas são as mesmas que debatemos hoje, por isso, o conteúdo do Texto que balizou o referido evento, é atual, daí continuarmos falando de Analfabetismo, baixo número de matrículas no ensino fundamental comparando ao espaço urbano, falta de infraestrutura para receber os estudantes na escola, falta de apoio dos órgãos estaduais e municipais, currículo descontextualizado, dificuldade de acesso e permanência à escola

Tal qual na I Conferência, exigimos política séria e efetiva de alfabetização de jovens e adultos, acesso de toda a população a uma escola pública gratuita, gestão democrática nos diversos níveis do sistema escolar, apoio às iniciativas de inovação de estruturas e currículos escolares nos diversos níveis da educação básica, entre outros, formação inicial e continuada aos educadores.

Precisa-se trabalhar com a ideia de que, a educação do campo possui necessidades específicas e que por tanto, carece de metodologias, conteúdos, currículo, políticas como todo que atenda às necessidades e demandas dos povos do campo atinente às questões culturais, identitárias, econômicas, sociais.

Ainda há crianças e adolescentes fora da escola, por falta de vagas, ausência de transporte, inexistência de prédio escolar onde reside, e em muitos casos, não ver mais a possibilidade de transformação de vida através da educação.

Vimos que a educação do campo já avançou, teve importantes conquistas, ocupou e construiu espaços, porém é preciso avançar, pois se é plausível que esteja em movimento, é imperante que continue, sobretudo por conta de tudo que vem sofrendo nos últimos anos dessa segunda década do século 21.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. C. **Educação no e do campo**: muito mais que luta, uma nova proposta educacional. 2009. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos-Ufscar, São Carlos.

AMARAL, Sônia. **Memórias, cotidianos e escritas as margens dos marajós**: navegando entre o saber e o poder. 2012. 129 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém-Pa.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Pedagogias em movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, V. 3, n. 1, p. 28-49, Jan/Jun 2003.

ARROYO, Miguel Gonzáles.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma educação Básica do Campo, nº2.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/db.pdf> > Acesso em 14/02/20 às 13h: 53min.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Publicada no DOU de 29/4/2008, Seção 1, p. 81.

CAETANNO, Viviane. **Educação do campo em Breves/PA**: prática Pedagógica em classe multisseriada. 2013. 220 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais e da Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém-Pa.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, Ijuí, v. 3, n. 1, p. 60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**: notas para uma análise de percurso. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, 7 v. n. 1, p. 35-64, mar/jun, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf> >. Acesso em: 9 de junho de 2020.

CARMO, Eraldo. **Processos educacionais e as estratégias de municipalização do ensino no município de Breves no Arquipélago do Marajó**. 2010. 206 f. Dissertação de mestrado (Mestre em desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém- Pa.

Carta de defesa do PRONERA nos 18 anos do programa nacional e 16 anos na UFSC. In: III Jornada pela Reforma Agrária na UFSC, n. 3, 2016, Florianópolis.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: texto base. Luziânia, 27 a 31 de julho de 1998.

COSTA, Ana Maria. **A experiência educativa da casa familiar rural de Gurupá/PA**. 2019. 141 f.

Tese de doutorado (Doutora em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém- Pa.

CRISTO, Ana Claudia. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha**: estudo do Currículo, Imagens, Saberes e Identidade em uma Escola do Município de Breves/ Pará. 2007. 164 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

CRUZ, Walcicléa. **Educação e conservação da biodiversidade no contexto escolar da reversa extrativista terra grande pracúba**. 2014. 144f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

FREITAS, Maria Natalina. **O ensino de ciências em escolas multisseriadas na Amazônia ribeirinha**: um estudo de caso no Estado do Pará. 2005.120 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação em ciências e Matemática, Universidade Federal do Pará, Belém- Pa.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Lucélia. **A construção democrática da educação em São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó, Pará**. 2010. 201 f. Tese de doutorado (Doutor em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MESQUITA HAUDT, Fabiana et. al. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e as Políticas Públicas para a Educação. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 4, n. 2, 15 mar. 2013.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: texto Base. Luziânia-GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

JUNIOR CARDOSO, Waldemar. **Alfabetização na educação do campo**: relatos de professores de classes multisseriadas da ilha de Marajó. 2009.147 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Educação) -Faculdade de educação, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Natamias Lopes de. **Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar**: um estudo no município de Breves/Pá. 2011. 158 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

LIRA, Débora Amélia Nunes de. **Desafios da implementação das diretrizes da educação do campo no RN**. In: II Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação, Natal: Editora Nova Paideia, 2017.

LOPES, Wiama. **Profissionalidade docente na educação do campo**. 2013. 257 f. Tese de doutorado (Doutor em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Carlos, São Carlos.

LOURENÇO, Reginaldo. **Educação do campo e unidades de conservação de uso sustentável**: um estudo a partir da Casa Familiar Rural da Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves, arquipélago do Marajó, estado do Pará. 2016.137 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Gestão Pública) - Programa de pós-graduação em gestão pública, Universidade Federal do Pará, Breves-Pa.

MAGALHÃES, Benedita. **Educação do campo, poder local e políticas públicas**: a casa familiar Rural de Gurupá-Pá, uma construção permanente. 2009. 129 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

MENDES, Leila. **A escola enquanto contexto de desenvolvimento**: um estudo ecológico em uma comunidade ribeirinha na ilha do Marajó. 2008. 211 f. Tese de doutorado (Doutora em Psicologia) - Programa de pós-graduação em psicologia: Teoria e pesquisa do comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

REIS, Manuelle. **Educação e desenvolvimento humano em áreas de assentamento agroextrativista**: um estudo no assentamento Ilha dos Macacos do município de Breves-Pará. 2016. 119 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em gestão pública) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Gestão Pública, pertencente ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Breves-Pará.

RIEGER, Letícia G.; PINTO, Paola Ávila. **Ensino de história na escola do campo e as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo – DOEPEC**. Revista Latino-Americana de História, n.º 6, v. 2, 2013, p. 893-902.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. **A educação do campo e seus aspectos legais**. In: XIII Educere Congresso de Educação. n.º 13, 2017. p. 1374- 1387.

SÁNCHEZ-GAMBOA, Silvio Ancizar. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANTOS NETO, José Leite dos; BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs.). **Trabalho e educação**: estudos sobre o rural brasileiro. 1. ed. São Carlos: Pedro e João associados, 2017. v. 1. 274f.

SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Orgs.). **Memória e história do Pronera**: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SEMBLANO, Josiane. **Escolarização, capital social e participação sócio-política em uma comunidade amazônica**: retiro Grande/Marajó. 2008.137 f. Dissertação de mestrado (Mestre em Educação) - Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal do Pará, Belém-Pa.

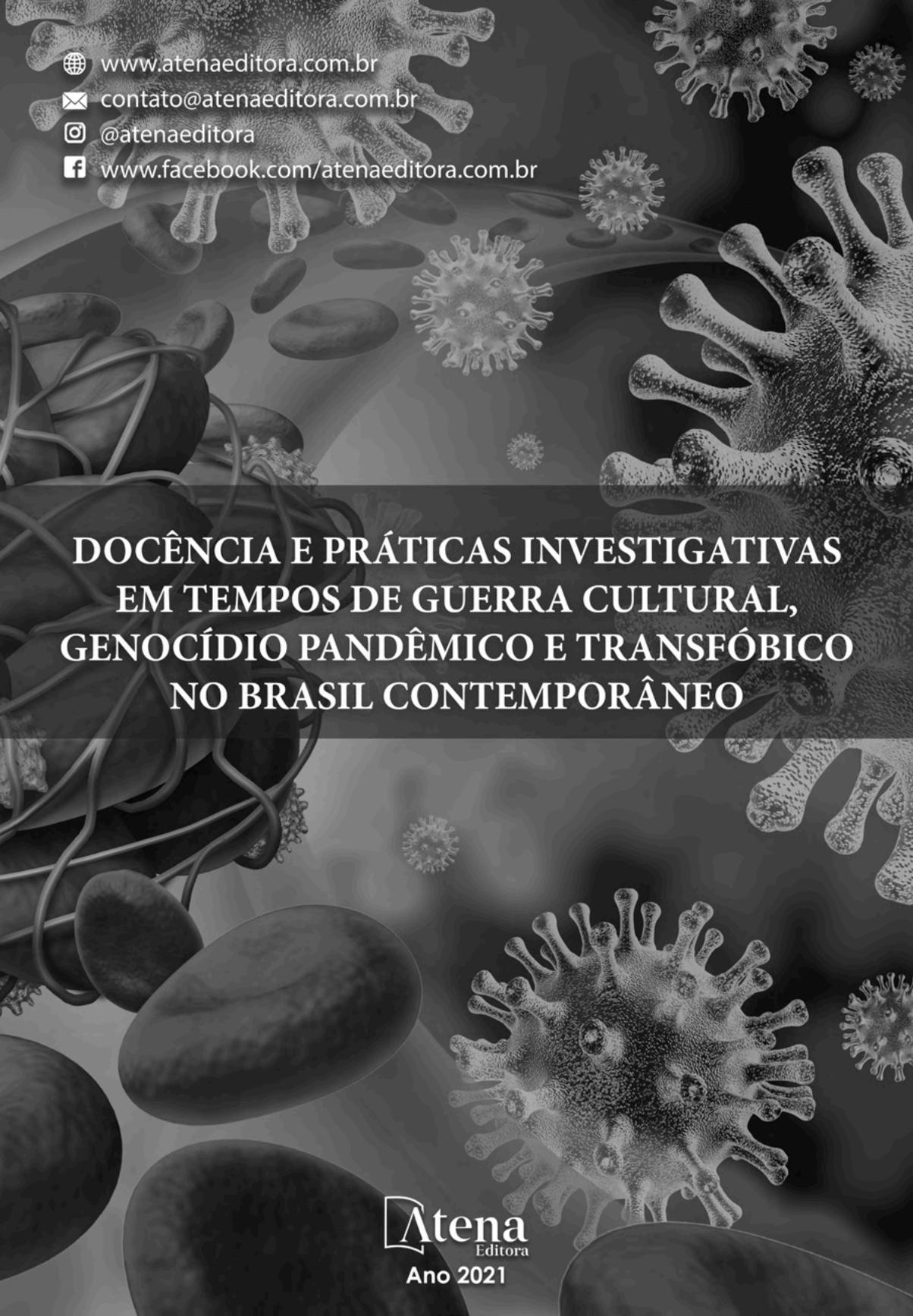
SILVA, Cícero Nilton Moreira da; SILVA, Alisson Jarbas Leite da; OLIVEIRA, Maria Juciana dos Santos; SILVA FILHO, José Antônio. **Breve relato histórico sobre educação no campo**: reflexos no Município de Encanto-RN. In: V Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas, 2014, Pau dos Ferros. Anais da V SETEPE 2014.

SILVA, Suely. **Movimento de educação do/no campo pressupostos fundamentais**. Educação em Revista. V. 12, n. 2, p. 7-22, Jul-Dez, 2011.

Soares, Ana Paula. O curso de pedagogia/PARFOR na formação inicial de professores que atuam em classes multisseriadas no município de Breves-Marajó. In: **Fórum Internacional de Pedagogia**, 8., 2016, Breves- Pa. Anais...Breves-Pa: UFPA, 2016. p. 1-5.

SOUZA, Alexandre. **Políticas educacionais no arquipélago do Marajó**: a organização do ensino no município de Breves/pá. 2012. 145 f. Tese de doutorado (Doutor em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP. Vol. 17, n.50 (maio/ago. 2012), p. 267-282. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a02.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro de 2020, às 16h39.



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO


Ano 2021



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

 **Atena**
Editora
Ano 2021